

A formação dos leigos deve ser encaminhada, predominantemente, para sua atuação nas transformações sociais de modo programado e sistematizado. Trata-se de uma formação na ação, como resposta aos apelos da vida. Uma formação com acompanhamento específico para aqueles leigos que estão empenhados, como cristãos, na construção da sociedade, com responsabilidades na política, nos meios de comunicação social, nas pesquisas técnico-científicas, na formação da opinião pública, na educação, e outros.

#### 4.2.1 Programas de formação

Nos Programas de Formação, é preciso distinguir os programas voltados para a formação de agentes de pastoral e para as elites militantes, chamadas a assumir um papel de liderança dentro das estruturas eclesiais, na comunidade ou na sociedade civil, e os programas dirigidos à massa de praticantes.

A formação dos leigos requer uma organização complexa de níveis, conteúdos, meios, tempos e métodos diferenciados: a) meios conhecidos: homilias, subsídios, reuniões de grupo, círculos bíblicos, cursos, encontros, reuniões; b) meios atuais: rádio, TV, imprensa escrita; c) meios alternati-

vos: literatura de cordel, teatro, e outros realizados com iniciativa e criatividade.

O eixo do programa deve ter por base o sair de si, missionariamente, para o mundo, como confirma a RMI: *“Uma das novidades do Espírito para a vida da Igreja são hoje algumas formas de organizações de leigos. Cabe às Igrejas locais animar essas organizações de modo a que não esgotem seus esforços apenas no cuidado da própria formação e espiritualidade, mas se voltem para o vasto campo do mundo dos afastados, dos católicos não-praticantes, dos excluídos da sociedade, abrindo seu coração à caridade e, mesmo, abrindo novos campos de promoção humana e de missão no mundo”* (nº 118).

Côn. Dr. José Adriano é Doutor em Teologia Moral pela Universidade Lateranense, Roma, e professor titular na Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção.

## NÓS NOS RECORDAMOS: UMA REFLEXÃO SOBRE A SHOAH

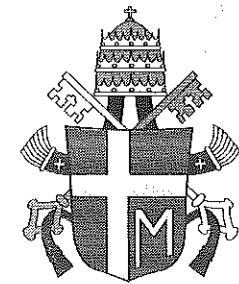
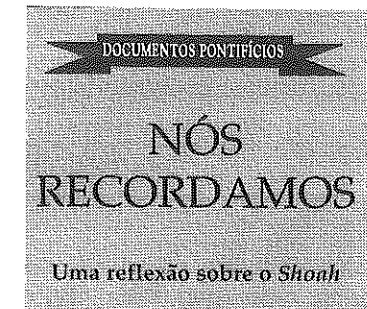
Pe. Fernando Altemeyer Junior

### O DOCUMENTO E SEU CONTEXTO

Eis que nos chega às mãos abundante material provocativo, relacionado à candente e permanente questão do genocídio praticada pelos nazistas. O recente documento da Comissão Relações Religiosas com o judaísmo, presidida pelo Cardeal Edward Idris Cassidy, denominado: *“Nós nos recordamos: uma reflexão sobre a Shoah*, prefaciado pela carta pessoal do Papa João Paulo II, de 12 de março de 1998, merece uma leitura atenta e uma reflexão de todos.

Após cinqüenta anos do massacre anti-semita, este pronunciamento esquentou o cenário internacional, inter-religioso e eclesial. Pudemos acompanhar as repercussões também no Brasil, sétimo país em número de judeus na diáspora moderna (150 mil pessoas). Todos aqui, brasileiros e judeus, queremos ser construtores de um mundo, em que não seja mais possível nenhuma *Shoah* contra judeus ou qualquer outro povo ou nação, como dizia o estimado Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, pelo título de corajoso livro contra a tortura: *Brasil nunca mais*. Todos devemos proclamar em alto e bom som: *“Shoah, nunca mais”*.

Concordo com as críticas de que o pedido do Vaticano venha muito tarde, embora milhares de cristãos e católicos de muitos países, tenham pago com sangue o preço da salvar judeus e opor-se a Hitler. Maximiliano Maria Kolbe, na Polônia é um destes exemplos santos. O teólogo luterano Dietrich Bonhöffer, enforcado em 1945, o maior expoente da Igreja confessante, cujo manifesto, a confissão de fé Barmen, já em 1934, deslegitimava sem meias medidas as pretensões totalitárias de Adolfo Hitler. Cristãos proféticos em tempos de



Comissão Pontifícia para as Relações Religiosas com o Judaísmo



crise, falando a verdade com o preço de suas vidas! Não devemos esquecer de Edith Stein, carmelita de ascendência e vida judaica, morta em Auschwitz em 1942.

Não creio que possamos avaliar a posição da Igreja de forma absolutamente genérica, dada a complexidade desta instituição bimilenar, embora devamos tirar algumas conclusões a partir da análise das causas e falas oficiais e das ações subterrâneas de tantos mártires e irmãos de fé comum. Avaliar posturas pessoais e institucionais de forma dinâmica será nossa tarefa crítica. Nem laxismo, nem rigorismo exacerbado e ideológico. Esta análise pessoal têm em conta somente documentos aos quais pude ter acesso, o que limita meu juízo que será portanto bastante provisório e parcial, mas fundado na busca da verdade.

A coerência e o testemunho de vida em fidelidade à ética e à liberdade são os grandes critérios humanísticos e da fé religiosa dos cristãos. Não é porque você está diante da violência que você vai, afinal, acostumar-se a ela. Não é porque tudo conduz à morte que você não pode dar um grito em favor da vida. Não é porque a sociedade produz morte e aniquilamento, sobretudo clandestinos, que devemos submeter-nos ou calar, adotando uma falsa posição diplomática. Como nos lembra o grande moralista Bernard Häring, *"a maior virtude é a fé e não a prudência"*.

Como puderam se calar milhares de cristãos quando podiam perceber o odor insuportável dos corpos cremados? Em Auschwitz, foram assassinados 1.5 milhões de seres humanos, sendo 1.2 milhões de judeus. Todas as cidades ao redor não sabiam que os extermínios ali aconteciam?

Creio que profetizar e dizer as verdades duras, não significa somente reconhecer erros e pecados do passado mas, sobretudo, afirmar a vida e a tolerância, hoje. Creio ser esta a mensagem mais importante deste documento: Lembrar para construir algo de novo. Diz o documento do Vaticano que a história é sempre *"memoria futuri"*.

Também entre nós, grupos se organizam para matar (Candelária, Galdino índio pataxó, vítimas no campo, etc.). O profeta Miquéias já dizia que no Palácio Real, à noite, gente do poder vivia organizando e tramando a morte. Precisamos, por isso mesmo, como homens e mulheres de fé – e fé bíblica – dizer que *"enquanto houver corpos na cruz haverá luta por ressurreição"*.

O ser humano, menino ou menina, gerado na cultura judaica é ser único e irrepetível. Os médicos e cientistas alemães que por primeiro deram as bases à falsa e idolátrica teoria da raça pura ariana, foram seguidos por políticos e militares em sua sanha de poder e dominação. Pretendiam aniquilar o sopro

de vida do Espírito de Deus não só nos judeus, como também em ciganos, negros, homossexuais, deficientes físicos e mentais, militantes políticos e religiosos, enfim, aniquilar Deus no diferente, no outro e, portanto, aniquilar na humanidade toda, a presença de Deus, começando pelo povo da Aliança. Pretendiam matar o transcendente no humano. Sei e creio, como os judeus crêem e sabem, que o Deus de Amor, o criador de toda vida, está na origem da diversidade étnica e que não existem seres, etnias ou culturas superiores ou inferiores.

### O DOCUMENTO E SUA FINALIDADE

Este documento é endereçado aos católicos para que se recordem do massacre contra os judeus e que, às portas do Terceiro Milênio, assumam um imperativo moral de jamais permitir no presente e no futuro uma nova semente de morte. Pede também aos "amigos judeus" que nos compreendam com o coração aberto (I) A comissão se questiona sobre o porquê da possibilidade de tal massacre hediondo acontecer na Europa, continente dito cristão? (II).

A terceira parte do documento resgata dados do história e das causas do nazismo e mostra que, mesmo na Alemanha, bispos, como o cardeal Baniam e o cardeal Faulhaber, já em 1931 e 1933, pronunciaram-se contra o nazismo. Cita ainda a encíclica de Pio XI, *Mit Brennender Sorge* (Com preocupação ardente), diretamente contra o nazismo, publicada e lida nas igrejas alemãs no Domingo da Paixão de 1937, e a primeira encíclica de Pio XII, de 20 de outubro de 1939, contra a divinização do Estado, mas sem qualquer menção ao racismo e ao anti-semitismo (III).

Na quarta parte do documento, coloca-se a questão nevrálgica: *"os cristãos ofereceram toda ajuda possível aos que estavam sendo perseguidos, e em particular, aos judeus perseguidos?"*

O texto possui a mais longa nota de rodapé, a de número 18, para demonstrar com textos e falas de rabinos judeus, qual foi o papel desempenhado pelo Papa Pio XII para salvar pessoalmente milhares de judeus e reconhecendo esta sua "sábia diplomacia". Fala também do peso que deve existir na consciência de tantos cristãos que se calaram e que devem arrepender-se. Esta parte do texto se conclui, mostrando que os genocídios existem e que este século é marcado tristemente por eles (IV).

Na quinta e última parte do documento assinado no dia 16 de março de 1998 e publicado no dia seguinte pelo Cardeal Cassidy e pelos Monsenhores Duprey e Hoeckman, diz-se que os católicos devem se lembrar de que estão

enraizados na cultura judaica e que os judeus são nossos irmãos mais velhos. O Papa Pio XI já dissera que somos todos semitas. Assim, a *shoah* exige de nós um gesto concreto de arrependimento e de empenho para que não se repita. Esta será a base do respeito mútuo, hoje e no futuro, para todos nós que somos filhos comuns na fé do Pai Abraão.

O texto termina, dizendo que das tumbas e dos sobreviventes nos vem um grito. Grito de dor, mas também de salvação se impedirmos que as sementes envenenadas do antijudaísmo e do anti-semitismo criem novas raízes no coração humano.

### O DOCUMENTO E OS LIMITES DO TEXTO

A comissão distingue os erros dos cristãos como particularidades dizendo não ser possível uma avaliação global, não tratando dos erros da instituição, embora critique o nazismo de forma global e articulada.

A comissão atribui aos católicos que foram omissos o dever de arrepende-se, mas não diz como o Vaticano vai realizar também esta sua tarefa religiosa e penitencial. Parece pedir o perdão aos judeus para aqueles outros católicos pecadores.

O documento possui 22 notas de rodapé, sendo que onze delas são do atual Papa, e nenhuma delas cita a presença e forte ação do Papa João XXIII, o que demonstra um lapso grave diante do trabalho enorme deste homem ecumênico na Guerra e no preparo do Concílio Vaticano II quando, como papa, suspendeu oficialmente as orações antijudaicas da Sexta-feira Santa e empenhou-se pessoalmente em favor de um documento positivo sobre as relações entre o judaísmo, raiz da fé cristã, e a Igreja (documento aprovado no Concílio Vaticano II: *Nostra Aetate*). Tampouco é comentada a Encíclica de Pio XI, *A unidade do gênero humano*, jamais publicada e só recentemente (1995) dada à luz por dois estudiosos, Passelecq e Suchecky, no livro “*A encíclica escondida de Pio XI, uma oportunidade perdida pela Igreja diante do anti-semitismo*”. Essa obra foi publicada recentemente pela Editora Vozes, em tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira, com análise e texto integral do padre jesuíta americano Johri La Farge.

A abertura dos arquivos secretos vaticanos do tempo da guerra e a análise realizada por historiadores jesuítas sem a presença de analistas judaicos prejudica a imparcialidade do texto e dos pronunciamentos atuais. Os atores eclesiásticos envolvidos no período da guerra, entre os quais o Papa Pio XII e seus assessores na Cúria, com o famoso caso do “silêncio do Papa” diante do massacre dos judeus, merecem ainda um acurado estudo, com presença de

historiadores dos dois grupos religiosos, judeus e católicos, e de pesquisadores independentes de Universidades e centros de estudos históricos.

O que se pode concluir é que os católicos não foram educados para uma resistência eficaz contra o anti-semitismo de qualquer espécie, estando historicamente imbuídos de preconceitos anti-semitas. Isto explica, embora não justifique, o silêncio diante da idolatria nazista.

### O DOCUMENTO E O FATO CRUEL E IDOLÁTRICO DA SHOAH

Positivamente, podemos dizer que, depois de cinquenta e três anos, o Papa João Paulo II, polonês de origem, que viveu de perto o massacre dos judeus, fez bem em propor esta comissão e este documento de memória coletiva e de pedido público de perdão.

Seus freqüentes encontros com as comunidades judaicas em todos os países por onde viaja em missão pastoral denotam seu empenho pessoal em superar intolerâncias e preconceitos milenares. É homem de coragem que mudou a instituição em relação à questão judaica.

O Papa mesmo afirma em sua carta de apresentação do documento que a *Shoah* deixou uma mancha indelével na história deste século que termina.

O Papa quer e propõe aos irmãos na fé e aos católicos que “*trabalhem juntos por um mundo de respeito autêntico pela vida e dignidade de todo ser humano, pois todos fomos criados à imagem e à semelhança de Deus*”.

### O DOCUMENTO E NÓS, HOJE E AMANHÃ

A nós cabe tolerância, respeito aos outros e luta contra os novos extermínios praticados no Brasil atual. Índios, negros, sem-terra, crianças e jovens drogados nos chamam e gritam o mesmo grito de compaixão que seis milhões de irmãos nossos clamaram há cinquenta e três anos atrás.

Precisamos, também, tornar conhecida, divulgada e vivida a “*Declaração sobre a eliminação de todas as formas de intolerância e discriminação fundadas na religião ou em convicções*”, proclamada pela Assembléia Geral da ONU em 25 de novembro de 1981, resolução 36/55. Nossa carne memorizada não pode deixar de ouvi-los e com eles lutar em favor da vida.

Pe. Fernando Altemeyer Junior é teólogo católico e membro do Vicariato da Comunicação da Arquidiocese de São Paulo.